

PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO

*Um panorama
geral para
parlamentares das
Américas e do
Caribe*



Legislative
Openness
Working
Group



Esta publicação é uma adaptação do [folheto da Aliança para o Governo Aberto](#) (em espanhol) desenhado para parlamentares e elaborado pelo ParAmericas e o Instituto Nacional Democrata.

Esta publicação tornou-se possível graças ao generoso apoio do Governo do Canada por meio do Ministério de Assuntos Globais.

Publicado em novembro de 2017.

Canada 

O que é a Aliança para o Governo Aberto?



Iniciada em 2011

75 países participantes

+2,500 compromissos

A Aliança para o Governo Aberto (OGP, sigla em inglês) é uma iniciativa multilateral que busca garantir compromissos concretos dos governos para promover a transparência, empoderar os cidadãos e cidadãs, lutar contra a corrupção e aproveitar as novas tecnologias para fortalecer a governança nos países que fazem parte desta aliança.

Os países aderem ao OGP através da elaboração de um plano de ação desenvolvido em colaboração com a sociedade civil. Esses planos de ação traduzem a vontade política dos países ao se juntarem ao OGP em ações concretas. Cada plano de ação contém compromissos específicos para aumentar a transparência, a prestação de contas e participação pública no governo. Os compromissos estão sujeitos a um processo de avaliação independente. É importante para o OGP que os reformadores usem práticas inovadoras em suas políticas públicas e, que aproveitem as novas tecnologias para transformar a cultura governamental e servir melhor seus cidadãos e cidadãs.

O modelo que o OGP segue é único de uma associação voluntária que enfatiza a colaboração e confia no poder das ideias, que não estabelece padrões a seguir nem especifica quais setores devem ser abordados. A abordagem do OGP é adaptada ao contexto local e é projetada para reunir governos, cidadãos e cidadãs de cada país, para que possam definir suas próprias prioridades de reforma. O OGP recomenda que os governos e cidadania de cada país experimentem mudanças profundas, que abordem os desafios mais urgentes das políticas públicas criando uma cultura de aprendizagem.

No espírito de colaboração de múltiplos atores, o OGP é supervisionada por um [Comitê Diretor](#) (em espanhol), que inclui representantes dos governos e organizações da sociedade civil, e é administrado por uma [Unidade de Apoio](#) (em inglês).

Como um governo aberto pode facilitar o trabalho do parlamento?

- O acesso à informação governamental de forma aberta pode facilitar a análise por parte de legisladores, funcionários parlamentares e terceiros (acadêmicos, grupos de reflexão, grupos de pesquisa baseados na indústria, etc.) e ajudar os parlamentares em seu papel relacionado ao controle da política governamental e das despesas públicas.
- Acesso a dados governamentais significativos que permitam a tomada de decisões baseadas em evidências e ajudem a melhorar a legislação.
- A divulgação proativa de dados importantes do governo tem o potencial de reduzir as dúvidas mais frequentes dos cidadãos e cidadãs aos parlamentares.
- A confiança da cidadania em nossas instituições governamentais pode ser obtida por meio de esforços de todos os ramos do governo (executivo, legislativo e judiciário) levando-se em conta que a cidadania não faz distinção entre eles; o fortalecimento da confiança da cidadania no Estado também pode beneficiar o parlamento.

O que é o governo aberto?

É um governo que é mais transparente, que presta contas à sociedade e que é mais receptivo aos seus próprios cidadãos e cidadãs, com o objetivo final de melhorar a qualidade da governança, bem como a qualidade dos serviços prestados à cidadania. A transição para um governo aberto requer mudanças nas regras e na cultura governamental vigente, para assegurar um diálogo e uma colaboração genuína entre os governos e a sociedade civil.

Como os governos podem unir-se ao OGP?

Para participar do OGP, os governos devem:

1. Cumprir os requisitos da OGP nas quatro áreas-chave, de acordo com indicadores objetivos e validados por especialistas independentes. Os países que obtêm 75% ou mais dos pontos aplicáveis são elegíveis para participar desta aliança.
2. Enviar uma carta de intenção aos [copresidentes do Comitê Diretor](#) (em espanhol), que inclua o compromisso do governo com os princípios da [Declaração de Governo Aberto](#) (em espanhol).
3. Identificar o ministério encarregado e iniciar o desenvolvimento do plano de ação.
4. Comprometer-se com o processo do [Mecanismo de Revisão Independente](#) (em espanhol).

Áreas chave dos [critérios de elegibilidade da OGP](#) (em inglês):

- **Transparência fiscal:** A publicação oportuna de documentos essenciais em relação ao orçamento público, constitui o componente básico para a prestação de contas e para um sistema de orçamento aberto.
- **Acesso à informação:** Uma lei de acesso à informação que garanta o direito da cidadania à informação e o acesso aos dados do governo é essencial para o espírito e a prática do governo aberto.
- **Divulgação do patrimônio de funcionários públicos:** As regras que requerem a divulgação pública da renda e do patrimônio das autoridades eleitas e dos (as) funcionários (as) públicos (as) de alto escalão são essenciais para a luta contra a corrupção, bem como para um governo aberto que preste contas. Também é importante fazer com que os dados sejam disponibilizados ao público.
- **Participação cidadã:** O governo aberto requer que haja uma abertura à participação e ao envolvimento da cidadania na formulação de políticas e na governança, incluindo a proteção básica para as liberdades civis.

Como é o processo para o desenvolvimento de um Plano de Ação nacional?

Para fazer parte do OGP, os governos devem desenvolver, em colaboração com a sociedade civil, um plano de ação. Cada plano de ação deve conter compromissos específicos e ambiciosos que visem aumentar a transparência, a prestação de contas e a participação cidadã no governo, ou seja, compromissos destinados a resolver problemas reais e alcançar mudanças positivas na vida das e dos cidadãos e cidadãs.

A OGP encoraja os países a desenvolver um mecanismo de diálogo permanente entre o governo e a sociedade civil para colaborar ativamente ao longo do processo de elaboração do plano de ação nacional: primeiro co-criando o plano de ação, depois apoiando e liderando sua implementação e, finalmente, monitorando e avaliando esse plano.



1. **Unir-se ao OGP:** Apresentar uma carta de intenção após cumprir os critérios de elegibilidade
2. **Planificação e consulta:** Realizar diferentes consultas abertas com a participação de todas as partes interessadas, por meio de um processo de priorização, com a contribuição tanto da sociedade civil como dos diferentes departamentos e órgãos governamentais
3. **Implementação de reformas:** Colaboração ativa e contínua entre o governo e a sociedade civil, a fim de monitorar e apoiar a implementação do plano de ação
4. **Avaliação e melhora:** Recomendações do Mecanismo de Revisão Independente (MRI) para orientar o próximo plano de ação

Histórias de Êxito nas Américas

Portal da Transparência do Orçamento Aberto do Brasil

O Governo Federal do Brasil desenvolveu uma ferramenta que visa aumentar sua transparência fiscal através de dados abertos do orçamento do governo. Dado que a qualidade e a quantidade de dados disponíveis no portal melhoraram ao longo da última década, o [Portal da Transparência](#) é agora uma das principais ferramentas anticorrupção no país, registrando uma média de 900 mil visitas mensais. Governos locais de todo o Brasil e outros três países da América Latina criaram iniciativas semelhantes de transparência fiscal, baseadas no portal brasileiro de transparência.

Declaração Fiscal de Instituições de Caridade T3010 no Canadá

Em 2013, a divisão responsável pelo o controle tributário de instituições de caridade da Agência Tributária do Canadá (CRA, sigla em inglês) tornou público todos os [dados de declarações fiscais das instituições de caridade \(T3010\)](#) (em inglês) registradas desde 2000 no portal de dados do Governo, sob uma licença comercial de dados abertos. O conjunto de dados resultante foi usado para analisar o status do setor sem fins lucrativos, melhorar seu impacto por meio do estabelecendo de um melhor entendimento entre reguladores e instituições de caridade, bem como criou produtos de inteligência para doadores, angariadores de fundos e financiadores.

Lei do Lobby no Chile: Democratizando o acesso às autoridades públicas

A referida lei foi resultado de uma campanha de 10 anos, que buscava a regulamentação do tráfico de influências por meio do cumprimento de um compromisso explícito incluído no primeiro plano de ação chileno, que visava a elaboração de uma legislação para regulamentar as atividades de lobby - um compromisso cumprido desde então. A [Lei do Lobby](#) (em espanhol) resultante foi projetada para abordar dois problemas críticos: reduzir o tráfico de influências, criando um sistema de transparência total de agendas, viagens e doações das autoridades eleitas e funcionários; e, providenciar mecanismos e oportunidades para melhorar o acesso dos cidadãos e cidadãs às autoridades. A Lei e a plataforma [InfoLobby](#) (em espanhol) lançam novas luzes sobre a relação entre funcionários e grupos de influência, e está começando a democratizar o acesso às autoridades.

Histórias de Êxito nas Américas

Empoderando os Povos Indígenas na Costa Rica para Proteger seus Direitos

A exclusão nos processos de decisão colocou os povos indígenas entre os mais subrepresentados e marginalizados no país; por exemplo, eles só receberam o direito a voto em 1991. A Rede Indígena Bribri-Cabecar (RIBCA) é uma organização formada pelas comunidades indígenas da costa atlântica da Costa Rica, que representa aproximadamente um terço dos territórios indígenas do país, para empoderar e reforçar a participação dos indígenas nos processos de tomada de decisão que os afetam. Através do OGP, eles foram capazes de acelerar a criação de um mecanismo de consulta padrão para os povos indígenas, com recursos e uma entidade neutra para aplicá-lo de forma justa, um processo que esteve parado por 23 anos. Atualmente, mais de 20 instituições públicas colaboram com a RIBCA e os resultados se multiplicaram de forma semelhante para melhorar a prestação de serviços públicos.

Projeto “Melhora tua escola” no México

Durante anos a educação no México esteve atrasada em relação a outros países, embora conte com a alocação de grande parte do orçamento público, alocação esta que ultrapassa a de qualquer outro país membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para enfrentar este problema, o Instituto Mexicano para a Competitividade, com o apoio da Omidyar Network, adotou o [Melhora tua escola](#) (em espanhol), uma iniciativa pública, independente e sem fins lucrativos, baseada na premissa de que a educação só melhoraria com o compromisso ativo de todas e todos os membros da comunidade educacional, incluindo os pais dos alunos. Assim, criou-se uma plataforma on-line destinada à pais e mães, que lhes permite conhecer, comparar, qualificar e melhorar as escolas que seus filhos frequentam. Focou-se também nas políticas públicas, destacando questões relacionadas à transparência e à corrupção. Estas iniciativas tornaram possíveis aos pais acessar informações anteriormente inacessíveis, melhorou a prestação de contras e trouxe à luz muitos casos de corrupção no sistema educacional, gerando mudanças legislativas para prevenir essas práticas.

Troca de Experiências e Grupos de Trabalho

O OGP estabeleceu seis grupos de trabalho temáticos que contribuem para a troca de experiências e aprendizagem em toda a aliança. Esta estrutura de grupos de trabalho está sendo revisada pelo OGP.

- [GRUPO DE TRABALHO DE ABERTURA LEGISLATIVA](#) (em inglês) coordenado pelo Instituto Nacional Democrata e pelo Congresso do Chile
- [GRUPO DE TRABALHO DE DADOS ABERTOS](#) (em inglês) coordenado pela Fundação World Wide Web e pelo Governo do Canadá
- [GRUPO DE TRABALHO DE ACESSO À INFORMAÇÃO](#) (em inglês) coordenado pelo Carter Center e pelo Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais do Governo do México
- [GRUPO DE TRABALHO DE ABERTURA FISCAL](#) (em inglês) coordenado pela Iniciativa Global para a Transparência Fiscal, pela Secretaria Federal de Orçamento e Planejamento do Governo do Brasil e pela *International Budget Partnership*
- [GRUPO DE TRABALHO DE ABERTURA EM RECURSOS NATURAIS](#) (em inglês) coordenado pelo *Natural Resources Governance Institute*, *World Resources Institute* e pelos governos da Indonésia e do México
- [GRUPO DE TRABALHO ANTICORRUPÇÃO](#) (em inglês) coordenado pela Transparência Internacional, pela *Open Society Foundations* e pelos Governos do Reino Unido, Geórgia e Brasil
- [GRUPO DE TRABALHO SOBRE CLIMA ABERTO](#) (em inglês) coordenado pelo *World Resources Institute* e pelo Governo da França



A ParlAmericas contribui para os esforços do Grupo de Trabalho de Abertura Legislativa, promovendo esta questão através da [Rede de Parlamento Aberto](#). Esta Rede oferece workshops, facilita o intercâmbio entre partes interessadas e ,desenvolve ferramentas para as e os legisladores, como esse [Roteiro para a Abertura Legislativa](#).

O Papel dos Parlamentos no OGP

Os parlamentos desempenham um papel essencial na consecução dos objetivos do OGP e na garantia da sustentabilidade desta iniciativa, durante os ciclos eleitorais e mudanças de governos. Para os (as) legisladores (as), é importante conhecer a agenda do governo aberto, a função do OGP, as vantagens dessas iniciativas para o trabalho do legislativo e para a vida das e dos cidadãos e cidadãs, de forma a criar apoio em todos os partidos, para continuar priorizando e supervisionando este trabalho. Os legisladores e legisladoras podem contribuir diretamente para essas iniciativas de várias maneiras:

Promulgar Legislação sobre a Abertura

De acordo com algumas estimativas, cerca de 15% dos compromissos do OGP exigem ação legislativa. Muitas vezes, isso inclui a promulgação de legislação que pode alterar a estrutura de governança ou integridade do país, como leis sobre acesso a informações, regulamentação sobre lobby e financiamento político e, leis de dados abertos. Ao promover essa legislação, o OGP também pode proporcionar uma oportunidade frutífera para o diálogo entre os poderes executivo e legislativo. Por exemplo, o Congresso chileno iniciou uma série de reuniões com o Poder Executivo para criar estratégias sobre as prioridades legislativas que deveriam ser incluídas no plano de ação nacional.

Realizar o Controle Político do Governo

De acordo com a Unidade de Apoio do OGP, vários parlamentos têm consultado os relatórios dos (as) pesquisadores (as) do Mecanismo de Análise Independente (IRM, em inglês) do OGP, entre os quais se incluem: Canadá, República Dominicana e Guatemala. Os relatórios do IRM destinam-se a servir como uma avaliação independente e objetiva da eficácia do governo no cumprimento dos compromissos assumidos com o OGP. Essas avaliações externas e objetivas podem contribuir de forma extremamente útil aos legisladores e legisladoras no seu papel de controle político, bem como buscam garantir que os compromissos assumidos nos planos de ação nacionais sejam efetivamente cumpridos.

Apresentar Compromissos para os Planos de Ação Nacionais

Alguns parlamentos têm participado do OGP apresentando compromissos como parte dos planos de ação nacionais. A inclusão de compromissos legislativos nesses planos ajuda a garantir que eles sejam consistentes com os valores do OGP, desenvolvidos em colaboração com a sociedade civil, e que estejam sujeitos ao processo de revisão pelo IRM.

Criar Planos de Ação para o Parlamento Aberto

Uma série de parlamentos tem optado por desenvolver seus próprios planos de ação de abertura legislativa em consulta com a sociedade civil local, seguindo, em muitos casos, um processo muito semelhante ao plano de ação nacional. Os legislativos do Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala e Paraguai adotaram essa abordagem. Agora, esses planos podem ser incorporados como parte de uma seção do plano de ação nacional do país, e estarem sujeitos ao processo de revisão do IRM.

Promover a Participação no OGP

Os parlamentos podem incentivar um país a aderir ao OGP, criando consciência e expressando apoio a essa afiliação. Além disso, quando um país não atende aos requisitos do OGP, o parlamento pode desempenhar um papel importante para ajudar a promover as reformas necessárias para fazê-lo.

Comunicar os Compromissos do OGP às e aos Cidadãs e Cidadãos

Devido ao seu papel de representação, as e os parlamentares estão em uma posição única para conscientizar a cidadania sobre os compromissos de um governo aberto. Ao divulgar essa informação, ajuda-se a gerar impulso a favor dessas reformas entre a população, incentiva-se as e os cidadãos e cidadãs a participarem desses processos e, facilita-se a prestação de contas dos governos em relação aos compromissos assumidos.

Recursos Adicionais



[Folheto da Aliança para o Governo Aberto](#) (em espanhol)

Para obter mais informações sobre o OGP, sua estrutura, processos e como os governos nacionais e subnacionais podem participar.



Parliaments as Partners for Open Government Reform

Parliaments as Partners for Open Government Reform

Parlamentos como parceiros para a reforma do governo aberto

Para exemplificar as atuais parcerias de sucesso que a OGP possui com os parlamentos e, formas de se fortalecer essas parcerias para desenvolver e implementar reformas governamentais mais ambiciosas sobre o tema.



[Conjunto de ferramentas para a promoção da abertura legislativa](#) (em espanhol)

Para enriquecer as ações dos parlamentos e seus parceiros na sociedade civil para fomentar a participação nos processos de colaboração destinados a desenvolver e implementar compromissos para a abertura legislativa.

Parlamentares que Colaboram com a Sociedade Civil em Nível Regional

A [Rede de Parlamento Aberto](#) do ParlAmericas promove a colaboração entre parlamentares e representantes da sociedade civil por meio do diálogo em reuniões regionais e de cocriação para desenvolver recursos parlamentares. Com o objetivo de fortalecer esta relação, o ParlAmericas assinou um Memorando de Entendimento com a [Rede Latinoamericana de Transparência Legislativa](#) (em espanhol) em sua segunda reunião anual, realizada em março de 2017 na Costa Rica.

Status dos Países das Américas e do Caribe no OGP



Antígua e Barbuda
Não participa



Argentina
Participa desde 2012
2 planos de ação



Bahamas
Não participa



Barbados
Não participa



Belize
Não participa



Bolivia
Não participa



Brasil
Participa desde 2011
3 planos de ação



Canadá
Participa desde 2011
3 planos de ação



Chile
Participa desde 2011
3 planos de ação



Colômbia
Participa desde 2011
3 planos de ação



Costa Rica
Participa desde 2011
3 planos de ação



Cuba
Não participa



Dominica
Não participa



Equador
Não participa



El Salvador
Participa desde 2011
3 planos de ação



Estados Unidos
Participa desde 2011
3 planos de ação



Granada
Não participa



Guatemala
Participa desde 2011
3 planos de ação



Guiana
Elegível, mas não
participa



Haiti
Não participa



Honduras
Participa desde 2011
3 planos de ação



Jamaica
Carta de intenção
enviada em 2016



México
Participa desde 2011
3 planos de ação



Nicarágua
Não participa



Panamá
Participa desde 2011
3 planos de ação



Paraguai
Participa desde 2011
3 planos de ação



Peru
Participa desde 2011
3 planos de ação



República Dominicana
Participa desde 2011
3 planos de ação



San Cristóvão e Nevis
Não participa



Santa Lúcia
Não participa



**São Vicente e
Granadinas**
Não participa



Suriname
Não participa



Trindade e Tobago
Participa desde 2013
1 plano de ação



Uruguai
Participa desde 2011
3 planos de ação



Venezuela
Não participa



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR NO SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas é composto pelas 35 **LEGISLATURAS NACIONAIS** da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando em favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas apoia as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas tem sede em **OTTAWA, CANADÁ**



Secretaria Internacional do ParlAmericas
710—150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá
Telephone: +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

